



**AgEcon** SEARCH  
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

[aesearch@umn.edu](mailto:aesearch@umn.edu)

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



## **COOPERATIVAS COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**NADIR PAULA DA ROSA; ADRIANO LAGO; SILVIO SANTOS JUNIOR;  
ERICA SILVA MENDONÇA;**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PORTO ALEGRE - RS - BRASIL**

**nadirpr@hotmail.com**

**APRESENTAÇÃO ORAL**

**Agricultura Familiar e Ruralidade**

## **COOPERATIVAS COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Resumo:** A agricultura familiar desempenha um importante papel socioeconômico na sociedade, proporcionando a permanência do homem no campo, conseqüentemente evitando o êxodo rural, e reduzindo o crescimento dos cinturões da pobreza em torno das cidades a procura de trabalho. O foco central do presente estudo concentra-se em discutir os motivos que levam as pequenas famílias rurais a buscar diferentes maneiras de se organizar, e de que maneira isso ocorre. Para isso utilizou-se de estudo de natureza descritiva e exploratória, através de 12 entrevistas semi-estruturadas com produtores rurais, representantes de cooperativas, agroindústrias familiares e com o presidente da Agroart na 30ª Expointer/Esteio, RS. Os resultados obtidos com a pesquisa levam a conclusão que a maioria dos produtores rurais e das agroindústrias está buscando se unir com intuito de organizar os processos produtivos, padronizar produtos, com qualidade e em maior escala, facilitando o acesso aos mercados e aumentando os poderes de barganha junto aos fornecedores de insumos e compradores do produto final. Observou-se que, para a maioria das pequenas famílias entrevistadas, há motivação para organizar a produção por meio de cooperativas. A análise dos dados foi feita qualitativamente utilizando como embasamento teórico agricultura familiar, agroindústrias e cooperativas.

**Palavras - Chave:** agricultura familiar, agroindústrias e cooperativas.

**Abstract:** The family agriculture plays an important role in socioeconomic society. This fact provides that some people staying in the field and avoiding the rural exodus and poverty in



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



the city. The objective of this study is the discussion about the reasons of the small rural families to look for different ways of organization, and the different ways that it happens. In this study was used the descriptive and exploratory method, through 12 semi-structured interviews with farmers, representatives of cooperatives, family and agricultural industries that were in the 30th Expointer, event that was in Esteio/RS. The results of this study permitted conclude that the majority of farmers and agricultural industries are uniting with the proposed to improve the production processes, furthermore, standardize products, and have quality products. With the increase of scale market the farmers and agricultural industries can bargain in the inputs purchase and with buyers of the final product. In the majority of interviews was said that they are motivated to organize production through cooperatives. Data analysis was performed using a theoretical qualitatively about family farming, agricultural industries and cooperatives.

**Key words:** family farming, agricultural industries and cooperatives

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha um importante papel sócio econômico na sociedade, proporcionando a permanência do homem no campo e, conseqüentemente, evitando o êxodo rural, e reduzindo o crescimento dos cinturões da pobreza em torno das cidades a procura de trabalho.

O aumento da escala da produção agrícola, e o crescimento das exportações – que têm aumentado a exigência nas qualidades dos produtos agrícolas – colocam os pequenos agricultores em dificuldade de competitiva, ameaçando sua sobrevivência. Para alguns, as oscilações de preço do mercado podem ser consideradas eventos muito distantes das pequenas famílias rurais. Porém estes elementos, que permeiam a realidade econômica, também atingem as pequenas propriedades, já que as estas estão inseridas no contexto, mesmo ofertando produtos em pequenas quantidades.

A partir dessa vulnerabilidade as pequenas famílias rurais estão buscando formas de organização, procurando agregar valor aos seus produtos e buscando conquistar mais espaço nos mercados. Discute-se a necessidade dos agricultores, de médio e pequeno porte, utilizarem novas estratégias comerciais, com métodos de promoção comercial e busca de novas maneiras de se organizar, promovendo a união dos mesmos para que conquistem maior poder de barganha junto aos seus clientes e fornecedores, bem como junto ao poder público, na busca de novas oportunidades.

Deste modo, as pequenas famílias rurais estão apostando nas agroindústrias familiares, como forma de agregar valor ao produto através da industrialização da produção, e com isso, aumentando os ganhos, ampliando a geração de trabalho e conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida dos agricultores.

Essas práticas de trabalho adotadas pelas famílias rurais vêm se expandindo gradativamente, motivando os agricultores a investirem cada vez mais neste tipo de formato



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



organizacional. Em consequência, eles têm procurado formas mais eficiente de inserção, objetivando a competitividade para a permanência nos mercados.

Frente a um leque de possibilidades, a literatura tem apresentando a formação de cooperativas como um excelente método a ser adotado pelas empresas pequenas. Neste sentido, Pedrozo (1993) relata que as cooperativas são organizações criadas pela união de indivíduos que possuem interesses em comum, com objetivos de desenvolver atividades econômicas e promover o bem estar de seus associados, que são os proprietários e usuários dessa instituição.

Oliveira (2001) acrescenta que as cooperativas possuem um compromisso social, e estão inseridas em ambientes competitivos, onde o fator primordial é ter uma gestão eficiente que vise a sustentabilidade da cooperativa. As principais tendências do cooperativismo estão relacionadas com: a) um acréscimo no nível de cooperação; b) a ampliação e fortalecimento da concorrência; c) ao tamanho ideal; d) as fusões entre cooperativas; e) as modificações nas estruturas de poder; f) a busca pela qualidade total; g) o aumento progressivo do crescimento tecnológico; h) a redução do ciclo de vida dos produtos, negócios e desperdícios; e por fim, i) com a globalização das atividades das cooperativas.

Com base nestas abordagens, este artigo tem por objetivo discutir os motivos que levam as pequenas famílias rurais a buscar diferentes maneiras de organizações, e de que maneira isso ocorre.

Este estudo possui contribuições relevantes por se tratar de um setor que, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário publicado em dezembro de 2004, demonstram que a agricultura familiar corresponde a aproximadamente 10,1 % do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e a 40% do PIB na agropecuária.

Com o intuito de enriquecer e fundamentar estas discussões foi utilizado embasamento teórico sobre agricultura familiar, agroindústrias familiar e cooperativas.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção apresenta-se a caracterização de três conceitos importantes para o desenvolvimento do artigo, contribuindo para a discussão e contextualização do mesmo: agricultura familiar, agroindústria familiar e cooperativismo.

### 2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR

As abordagens sobre a agricultura familiar vêm atualmente ocupando espaços importantes nos debates de desenvolvimento econômico e social.

O conceito de agricultura familiar está dividido em três critérios básicos, conforme apresentado no estudo da FAO/INCRA (GUANZIROLI E CARDIM, 2000):

- a) o produtor é quem gerencia a direção dos trabalhos e do estabelecimento;
- b) o trabalho é executado pela família com pouca ou quase nenhuma mão-de-obra contratada;
- c) a área total do estabelecimento é menor que a área máxima regional, definida como limite superior para a agricultura familiar.

Neste sentido Schneider (2003) acrescenta que as unidades familiares funcionam principalmente, com força de trabalho dos membros da família, e que em momentos de

Comment [S1]: 2001 ou 2006? Bibliografia 2006



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



concentração de trabalho podem ser contratados, em caráter temporário, outros trabalhadores. Também se trata de uma atividade vulnerável aos obstáculos oferecidos pela natureza como: clima; solo; e equilíbrios do ecossistema.

Em 24 de julho de 2006, foi sancionada a Lei Federal nº 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional de agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, prevendo a descentralização com total envolvimento dos municípios, estados, governo federal e produtores rurais, no desenvolvimento e gestão dos programas agrários. Ela reconhece que a agricultura familiar é um segmento produtivo que representa um importante passo para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

Conforme essa lei, para que o produtor rural seja enquadrado como agricultor ou para que este tenha uma agricultura familiar é necessário que:

- Não possua área maior do que quatro módulos fiscais (unidade-padrão para todo o território brasileiro);
- A mão-de-obra utilizada deve ser predominantemente familiar nas atividades econômicas do seu negócio;
- A renda familiar ser oriunda de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento.

Ainda fica garantido, pela lei, que os agricultores e agricultoras familiares poderão participar das formulações e implementações de políticas públicas; e que as relações de trabalho e organizacionais serão fortalecidas com a aplicação de diversas políticas, como a previdência social, facilitando aos órgãos governamentais aplicar outras medidas que beneficiem o fortalecimento da agricultura familiar.

A agricultura familiar tem ocupado um importante espaço na economia brasileira. Corresponde hoje a aproximadamente 4,2 milhões de estabelecimentos familiares, representando em torno de 85, 2% dos estabelecimentos rurais e empregando 70% da mão-de-obra no campo, além de ser responsável pela maioria dos alimentos presentes na mesa dos brasileiros. Na região sul do país, essa característica é considerada mais marcante, e representa 90,5% de todos os estabelecimentos da região, ocupando 43,8% da área, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1995). Segundo este Instituto, em 1995 as propriedades rurais e correspondiam a 30,5% da área total cultivada, e eram responsáveis por quase 60% da renda total da safra naquele ano.

No entanto, Fernandes Filho et al. (1999) ressaltam que com as aberturas de mercado na década de 90, com as mudanças cambiais e com a redução da rentabilidade dos produtos agrícolas, os produtores familiares foram prejudicados, pois estes tinham difícil acesso as políticas públicas de fomento à produção. Por esse motivo, naquela época foi necessário buscar alternativas para garantir a sobrevivência daqueles produtores.

Com intuito de amenizar essas dificuldades encontradas pelos agricultores Lourenzani et al (2006), sugerem a adoção de ações coletivas por parte dos pequenos proprietários rurais buscando uma entrada nos canais de comercialização, não só como estratégia de aquisição de escala e poder de negociação, mas como fator de adaptação do produtor aos novos padrões competitivos. Estes autores mostram que a integração gera custos para os envolvidos, mas evidenciam que esta prática diminui os níveis de incerteza nas transações (especificidade de ativos e possibilidade de oportunismo). Deste modo, mesmo



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



tendo alguns custos os agentes incorrem neste tipo de relação porque acreditam que estes custos são menores que os custos da incerteza na transação.

A agricultura familiar é reconhecida pela sociedade devido ao fato destas atividades proporcionarem a preservação da vida comunitária. O agricultor familiar no Brasil sempre sofreu restrições em relação às alternativas e formas de comercialização de seus produtos. Geralmente utilizando intermediários nas vendas dos produtos ou por fornecer às indústrias os produtos na forma mais primária. Por estes motivos alguns agricultores familiares vêm fortalecendo a idéia de montar suas próprias agroindústrias, fabricando produtos caseiros, em menor escala, promovendo as vendas diretas ao consumidor ou então, utilizando associações e cooperativas de agricultores familiares. (PADILHA et al., 2005).

Segundo Marsden (1991) citado por Schneider (2003) as unidades rurais familiar são forçadas a buscar novas alternativas ou fontes de renda fora da propriedade, ou mesmo dentro da propriedade, diferenciando seus produtos, devido ao ingresso em um ambiente extremamente competitivo, o que dificulta que elas sobrevivam apenas dos ganhos antes obtidos apenas das atividades agrícolas.

Este aspecto também é debatido em outros países como mostra o estudo de Tipraqsa et al. (2007), o qual aborda que a agricultura é amplamente entendida como base para a manutenção rural, mantendo as comunidades rurais e suas culturas. Este trabalho também demonstra a preocupação com a busca por alternativas de subsistência no meio rural, reduzindo a migração de pessoas das áreas rurais para urbanas e criando novas oportunidades de emprego.

Neste sentido, essa busca de alternativas, principalmente na formação de agroindústrias onde há a diferenciação de produtos e agregação de valor, tem auxiliado na garantia das condições de sobrevivência.

## 2.2 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

Segundo Callado e Filho (2006) um aspecto importante a ser considerado no agronegócio é a maneira pela qual as gestões vêm incorporando práticas relacionadas às organizações industriais, comerciais e de prestação de serviços.

O grande desenvolvimento do agronegócio, as grandes extensões de terra e o crescente aumento da produção e da produtividade foram fatores importantes que impulsionaram as pequenas famílias à buscar alternativas para manter seus produtos no mercado buscando manter a competitividade. Diante deste pressuposto, surgem idéias de se agregar valor aos produtos através da industrialização. Neste contexto as agroindústrias são as ferramentas chaves para o desenvolvimento desses processos.

Muitos especialistas dos mais diversos setores e correntes de pensamento admitem que agregar valor aos produtos é uma importante maneira de fortalecer a agricultura familiar. (FILHO; BUAINAIN & BATALHA, 2005).

Estes autores acrescentam, ainda, que:

...a competitividade sustentada de uma dada empresa rural, familiar ou patronal, está relacionada à competitividade do sistema em que está inserida e significa mudar, as vezes profundamente, a maneira



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



dessas empresas visualizar e gerenciar seus negócios. Confrontadas com a já difícil tarefa de gerir sua realidade individual – marcada (...) pela diversidade – as unidades agrícolas familiares são agora compelidas pela necessidade de participar e gerenciar um espaço de decisões e de ações muito mais complexo do que o lote ou imóvel de cada produtor: o sistema agroindustrial em que elas estão inseridas. Longe de ser uma especulação teórica ou um cenário hipotético para um futuro longínquo, essa situação já é uma realidade cada vez mais presente para um grupo importante de agricultores familiares.

Com a finalidade de conceituar esses processos, segundo Araújo (2006), entende-se por agroindústrias as unidades empresariais onde acontecem os vários estágios de beneficiamento, processo e transformação de produtos agropecuários *in natura* até a embalagem, e prontos para serem comercializados. Este autor argumenta que há dois tipos de agroindústrias:

- **Agroindústrias não alimentares:** onde os procedimentos industriais gerais são similares aos da indústria de outros setores, ressaltando, porém as características inerentes ao agronegócio, principalmente ao abastecimento de matérias-primas, como fibras, couros, calçados, óleos vegetais não comestíveis e às cadeias produtivas.
- **Agroindústrias alimentares:** que se caracterizam por um maior cuidado, pois se trata de produção de alimentos, e possuem uma preocupação maior que é o fornecimento de um alimento seguro para a saúde do consumidor.

Para Padilha et al. (2005) a agroindustrialização dos produtos oriundos da agricultura familiar também é justificada devido a forte presença dos produtos de origem vegetal e animal, procedentes de várias regiões do território brasileiro. Esta dispersão reduz o capital de giro municipal-regional, além de transferir a renda da população rural e urbana, limitando o espaço de desenvolvimento das mesmas.

O setor de industrialização ou transformação dos produtos, além de proporcionar maior acesso aos mercados, melhor preço e competitividade é importante para o desenvolvimento da economia do país.

Para Lauschner (1993) a agroindústria é um setor de transformação dos produtos rurais que está mais próximo à produção rural e próximo ao agricultor, não somente em termos geográficos, mas em uma ligação estrutural e permanente com ele. Pode-se dizer também, que é impossível desenvolver a agroindústria sem que haja a produção rural. Acrescentando a estas definições, a agroindústria pode ser classificada de três formas: - processamento agrário ou rural; - agroindústria em sentido duplo; e - agroindústria em sentido restrito.

**a) Processamento Agrário ou Rural** - Quando o beneficiamento e/ou transformação do produto agrário lavoureiro, pecuário e florestal e de seus subprodutos, encontram-se em qualquer fase de elaboração, para a utilização final.

**b) Agroindústria em sentido amplo** - Entende-se sentido duplo quando é a unidade produtiva (empresa que combina fatores de produção: trabalho, capital, capacidade técnica e gerencial) para transformar o produto agropecuário (produto



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



lavoureiro e pecuário) natural ou manufaturado (transformado ou industrializado) para utilização intermediária ou final.

**c) Agroindústria em sentido restrito** - É a unidade produtiva que, por um lado transforma, para a utilização intermediária ou final, o produto agropecuário ou seus subprodutos não manufaturados; e por outro lado adquire diretamente do produtor rural o mínimo de 25% do valor total dos insumos utilizados.

As agroindústrias também exercem um papel social junto à comunidade, promovendo o desenvolvimento dessa comunidade bem com da região onde ela está inserida.

Algumas considerações relatadas por Prezzotto (1997) enfatizam que é importante que as agroindústrias tenham tamanho e formato adequado em relação às condições da produção familiar, e ressalta esse aspecto, pois dessa forma é mais fácil a família administrar o empreendimento, reduzindo assim os casos de falências, algo comum nas empresas brasileiras.

As agroindústrias exigem das famílias um investimento em qualificação de mão-de-obra e melhoria das estruturas de produção, para que deste modo seja possível obter produtos com qualidade. Porém, percebe-se que o mercado-alvo das agroindústrias familiares é local, ou seja, não são destinados à exportação devido a vários fatores, entre eles as limitações de infra-estrutura na qual estão organizadas e inseridas, uma vez que estas agroindústrias apresentam limitação na capacidade produtiva e na quantidade de mão-de-obra empregada. Um dos grandes gargalos enfrentados pelas pequenas agroindústrias, citado por Guimarães (2001), está relacionado às leis e regulamentos para as agroindústrias processadoras de alimentos que contêm inúmeras exigências sanitárias, pois foram elaboradas principalmente para os produtos de exportação, o que as limita a competição e inserção no mercado.

Estes fatores podem se transformar em entraves para o crescimento e desenvolvimento da região, uma vez que “a agroindústria como planta processadora pode estar empregando poucas pessoas diretamente, mas muitas de modo indireto, fixando o homem no campo e nas pequenas cidades” (LAUSCHNER, 1995).

### 2.3 COOPERATIVAS

De acordo com Batalha (2001) ao longo dos anos a comunidade acadêmica e empresarial brasileira vem se dando conta que a competitividade do agronegócio somente é possível se construída em bases sustentáveis, através de adoção de práticas que estimulem comportamentos menos adversos entre os agentes econômicos de uma cadeia. É necessário e importante operacionalizar ações que promovam a coordenação da cadeia produtiva e aumentem a sua capacidade de reagir às rápidas e constantes mudanças que vem ocorrendo no cenário competitivo. Após estas considerações faz-se necessário encontrar os mecanismos públicos e privados que operacionalizem e coordenem a cadeia agroindustrial.

Em busca de uma maior competitividade e acessibilidade aos mercados as comunidades começam a se organizar com o objetivo de resolver suas necessidades e, desta maneira, melhorar suas condições de vida.

Neste sentido, como forma de organização Bialoskorski Neto (2000) apresenta as cooperativas como sociedades civis de fins econômicos, porém não lucrativos, apresentando



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



particularidades quanto a sua função econômica e social. Neste aspecto a cooperativa, em sua natureza, não visaria lucro em seus negócios, mas objetivaria o apoio e a prestação de serviços aos seus associados, como uma empresa social.

O sistema cooperativo foi concebido na Inglaterra em 1844 durante a Revolução Industrial. Este movimento foi criado pelos tecelões que reivindicavam melhores salários e, para que eles tivessem força para lutar em prol de seus direitos, criaram uma organização empresarial chamada de cooperativa. (BIALOSKORSKI NETO, 2005).

Para Pedrozo et al (2005) o movimento cooperativista no Brasil, que envolve o setor de produção agrícola e pecuária, obteve uma rápida expansão na década de 1970, devido a uma política de governo que apoiou a expansão as lavouras, com ampliação da oferta de crédito com juros subsidiados, incentivos fiscais e subsídios aos produtos e insumos.

Neste período foi criada uma legislação específica para o cooperativismo, Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, além de fornecer outras providências. Os 3º e 4º artigos desta Lei estabelecem os princípios fundamentais que caracteriza a organização empresarial chamada de cooperativa, onde esta deve desenvolver atividades econômicas de proveito comum e sem o objetivo de lucro. As principais características das cooperativas são: a) adesão voluntária; b) capital social variável e representado por cotas-partes; c) insensibilidades das cotas-partes do capital à terceiros que sejam estranhos à sociedade; d) singularidade de voto; e) retorno das sobras líquida ao final de cada exercício; f) neutralidade em relação à política e religião; g) assembleia geral como órgão máximo de decisão da cooperativa.

A cooperativa pode ser compreendida como sendo uma organização constituída por membros de determinado grupo econômico ou social que possuem um principal objetivo a desempenhar, que é a satisfazer as necessidades de seus cooperados, sem priorizar os lucros. Alguns aspectos importantes do cooperativismo são: a) a identidade de propósitos e interesses; b) as ações conjuntas, voluntárias e objetivas para coordenação de contribuição e serviços; c) a obtenção de resultado útil e comum a todos (FERRINHO, 1978).

Silva et al (2004) ressalta que as relações de cooperação surgem a partir das necessidades e das oportunidades de negócios, tendo em vista o compartilhamento de tecnologias e ativos específicos, além da redução de custos e melhorias dos seus padrões de competitividade. A seleção dos parceiros, apontada como a fase principal do estabelecimento das relações de cooperação, envolve uma análise de quesitos como: a) a confiança; b) a credibilidade; d) a segurança; e) o conhecimento tecnológico; f) a reciprocidade; g) a solidez financeira; e, h) a proximidade geográfica.

### 2.3.1 Princípios doutrinários do cooperativismo

A base doutrinária dos estatutos cooperativistas, descrita por Bialoskorski Neto (2000), apresenta alguns princípios importantes como: a democracia, a livre adesão, o pagamento de uma taxa, o retorno pro rata dos excedentes, a educação dos membros e a neutralidade.

- **Democracia** – as cooperativas são organizações democráticas gerenciadas pelos seus sócios, por um corpo composto de presidente, tesoureiro, secretário, três



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



administradores e cinco diretores, todos eleitos em assembléia geral dos associados onde cada sócio tem direito a um voto.

- **Livre adesão** – a participação em uma cooperativa é de caráter voluntário, basta à pessoa estar disposta a aceitar suas responsabilidades de sócio sem discriminação de gênero, classe social, raça, direção política ou religião.
- **Pagamento de uma taxa** - os sócios contribuem de maneira igualitária e geralmente os sócios recebem juros limitados sobre o capital investido.
- **Retorno pro rata dos excedentes** – esse retorno é proporcional a cada associado dependendo das atividades ou operações executadas por cada um deles.
- **Educação dos membros** - treinamento, informações aos sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários, para que possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento.
- **Neutralidade** – a cooperativa deve ser neutra quanto a religião e políticas da sociedade.

Outras classificações das cooperativas podem ser feita de acordo com os objetivos sociais: de consumo, agropecuárias, de trabalho, de crédito entre outras de (BIALOSKORSKI NETO, 2001).

- **Cooperativas de consumo:** facilitam o ato de consumo de seus associados, comprando bens em quantidade e vendendo a preços mais acessíveis;
- **Cooperativas de crédito:** juntam a economia de seus associados e possibilita a obtenção de empréstimos em condições especiais aos associados;
- **Cooperativas de trabalho:** facilitam o trabalho e a obtenção de serviços de seus associados.

Ainda há outra classificação das cooperativas, apresentada por Bialoskorski Neto (2000), em relação aos setores da economia e subdividida em ramos ou segmentos:

- **Agropecuário:** é composta por produtores rurais;
- **Habitacional:** composta por pessoas interessadas em construir unidades habitacionais;
- **Trabalho:** composta por profissionais de diferentes formações.

De modo geral, pode-se dizer que as cooperativas são empresas formadas e dirigidas por uma associação de usuários, que se reúnem com direitos iguais, com o objetivo de desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários. As cooperativas podem ser de produção, de consumo, de crédito, de troca e comercialização, de segurança mútua, de venda por atacado ou de assistência médica. As mais freqüentes são as cooperativas de produção, consumo e crédito. Porém, há ainda as cooperativas mistas, que unem, numa só empresa, essas três atividades. Internacionalmente, a atividade é incentivada pela Aliança Cooperativa Internacional ( [www.cooperativa.com.br](http://www.cooperativa.com.br) ).

### 3 MÉTODO



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



Este trabalho foi desenvolvido como um estudo exploratório e descritivo, conforme Yin e Mattar (2001), e com o objetivo de discutir os motivos que levam as pequenas famílias rurais a buscar diferentes maneiras de organizações, avaliando, também, a forma como isso ocorre.

O estudo pode ser classificado como *exploratório*, levantando questionamentos e hipóteses para posteriores estudos, *descritivo*, procurando encontrar relações entre as variáveis de estudo, ou pode ser *explanatório*, descrevendo fatos e acrescentando explicações aceitáveis para os mesmos. (YIN, 2001).

Trata-se de um estudo qualitativo baseado em entrevistas, com questões semi-estruturadas. Foram realizadas 12 entrevistas junto aos produtores rurais, representantes de agroindústrias e cooperativas, nas dependências do Pavilhão da Agricultura Familiar na Expointer, que aconteceu no mês de agosto de 2007, na cidade de Esteio no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Foi realizada, também, uma entrevista com o presidente da AGROART (Associação das Agroindústrias e Artesanatos dos Trabalhadores Rurais do RS) e com os técnicos da Emater/RS.

As entrevistas realizadas buscaram informações sobre as necessidades, os anseios e as estratégias de agricultores, com vistas ao crescimento da agricultura familiar. A análise das informações obtidas foram realizadas, tendo como base as abordagens teóricas sobre: agricultura familiar, agroindústria e cooperativas.

#### 4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

O cenário atual possibilita importantes discussões sobre o agronegócio brasileiro, principalmente no que se relaciona a agricultura familiar e as agroindústrias familiares. O crescimento da agricultura familiar e a importância deste setor podem ser percebidos através do número de vendas que ocorreu durante a Expointer. De acordo com as informações da Emater/RS, entidade de apoio técnico mais citada nas entrevistas por auxiliar os produtores, as vendas na exposição do ano de 2007 ultrapassaram o valor de R\$ 590 mil reais, registrando um crescimento expressivo de 28% comparado ao ano de 2006.

Com as entrevistas foi verificado que a maioria das empresas familiar é formada por pessoas com laços de parentescos muito próximas (pais, filhos e netos), que por tradição no conhecimento do setor buscam dar continuidade às atividades da família.

Os principais itens produzidos pelas agroindústrias estudadas foram: doces, geléias, embutidos, pães, bolachas, biscoitos, cucas, cachaças, licores, sucos, legumes em conserva, mel, cera, própolis, cereais orgânicos e produtos artesanais como chapéus de palha, cuias, trabalhos em couro, dentre outros.

A maioria dos entrevistados ressaltou que sentiram a necessidade de diversificar e agregar valor aos produtos devido as dificuldades encontradas diante da pequena escala de produção, o que dificulta a competitividade em relação a outras propriedades que possuem produção em larga escala, o que impulsionou a busca por novas alternativas de inserção no mercado.

Vários entrevistados enfatizam que buscaram apoio junto a diferentes entidades como: Emater, Entidades Sindicais, instituições governamentais e de fomento, visando obter



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



informações de estruturação, apoio técnico da atividade bem como orientações para conseguir créditos e isenções tributárias por parte dos entes federados.

Outros entrevistados relataram que a motivação pelo investimento nas atividades agroindústrias veio após seus filhos saírem para estudar e em seguida voltaram com o desejo de aplicar seus conhecimentos adquiridos, bem como ampliar os meios de subsistência da família.

Observou-se também que as famílias rurais, após montarem suas agroindústrias, buscam parcerias com outras agroindústrias com objetivo de formarem associações e cooperativas visando obter maior fortalecimento no mercado e além de facilitar a conquista de espaço e melhorar o poder de barganha. Esse poder de barganha é utilizado tanto na comercialização dos produtos, como na aquisição de equipamentos e insumos para sua manufatura. Por exemplo, as agroindústrias que processam conservas, compram as embalagens de vidro em grande quantidade através das associações e cooperativas e distribuindo, de acordo com a necessidade de cada uma, com essa ação, elas conseguem comprar por um preço menor e conseqüentemente reduzir seus custos de produção.

Em alguns relatos foram ditos que há o hábito de reunir várias famílias, formando uma agroindústria, e estas famílias se tornam responsáveis pelo fornecimento da matéria-prima que será processada. Em outros casos as empresas são familiares, formadas por pai, filhos e netos que montam e administram a agroindústria.

No entanto, não basta somente industrializar os produtos, é necessário comercializá-los. Pensando nesta etapa da produção a maioria das empresas familiares rurais entrevistadas ressaltaram que buscaram conhecer diferentes formas de organização, como as associações e cooperativas. Neste sentido, a partir das informações obtidas constatou-se que a maioria dos entrevistados organiza suas produções através de cooperativas, ou seja, várias agroindústrias se unem, mesmo as empresas familiares de atividades artesanais, formando cooperativas para obter melhores resultados em seus investimentos.

Outro fato relatado nas entrevistas foi que, após a formação das cooperativas os empreendedores obtiveram um maior espaço mercadológico, e como exemplo, foi relatado a maior facilidade de participações em feiras. A maioria acredita que através da cooperativa o pequeno agricultor pode se incluir de forma sustentável no mercado com perspectivas de alcançar melhor qualidade de vida. Isso ocorre devido a melhor organização da cadeia produtiva, o que facilita na fabricação de produtos com maior qualidade, mais padronizados, além de promover marcas e produtos com fortes apelos regionais.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é a formalização dos empreendimentos, pois através da cooperativa se obtém o CNPJ, fator essencial para que se consiga a licença em relação às condições de higiene e sanidade da produção, bem como outras licenças necessárias para o funcionamento e obtenção do bloco de notas fiscais e acessos a linhas de crédito. Aparentemente a legalização aumenta a auto-estima e o grau de confiança dos agricultores por melhorar os preços de venda e possibilitar a participar de licitações.

Para as atividades que necessitam de um responsável técnico, estar vinculado a uma cooperativa é mais uma importante ferramenta, pois permite que esse responsável técnico responda por mais de uma agroindústria, reduzindo os custos fixos das empresas.

Diante dos relatos apresentados, percebe-se o motivo pelo qual o sistema cooperativo vem apresentando crescimento e fortalecimento em pequenas agroindústrias e na agricultura familiar, além de fortalecer os cooperados.



## 5 CONCLUSÃO

Retomando o objetivo inicial proposto por este trabalho de discutir os motivos que levam as pequenas famílias rurais a buscar diferentes maneiras de se organizar além de analisar como isso ocorre, conclui-se que a necessidade de inserção e manutenção em um mercado extremamente competitivo e exigente, a facilidade de acessos a informação, tecnologias e de gerenciamento, além da redução de custos, fizeram com que as famílias rurais buscassem formas de se organizar em grupos, ratificando as fundamentações que as teorias apresentam.

De acordo com o estudo realizado, a maioria dos entrevistados buscou se organizar em cooperativas, as quais têm sido consideradas como sendo empresas do futuro, devido a sua caracterização de responsabilidade, comprometimento e participação de todos os cooperados com decisão democrática. A implicação da condição de que quando um dos cooperados ganha o benefício é de todos, e do mesmo modo, quando um deles perde, todos acabam sendo prejudicados, auxilia na relação solidária entre os cooperados.

Essa participação efetiva dos cooperados é considerada a mola propulsora para o sucesso de qualquer organização, seja ela cooperativa ou não, onde todos os componentes possuem conhecimento do que está acontecendo dentro da organização.

Através do cooperativismo é possível preservar a individualidade e caracterização de cada família ou agroindústria em sua maneira de trabalhar e em seu modo de ser, oferecendo as condições necessárias de inserção na sociedade com maior poder de negociação e organização efetiva.

## REFERÊNCIAS

BATALHA, M. O. (Coord.) **Gestão agroindustrial: GEPAI: grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. São Paulo: Atlas, 2001 v. 1.

BIALOSKORSKI NETO, S; NAGANO, M S; MORAES, M. B. C; BALIEIRO, C. F. **Monitoramento de Cooperativas Agropecuárias: Um ensaio Utilizando-se de Modelo de Redes Neurais**. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS AGROALIMENTARES, 2001, Ribeirão Preto/SP. **Anais** do III Congresso Internacional de Economia e Gestão de Negócios Agroalimentares, 2001.

BIALOSKORSKI NETO, S; Agribusiness Cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, D. & NEVES, M.F. (Orgs). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000.

BATALHA, M. O; BUAINAIN, A. M; FILHO, H. M. de S. Tecnologia de Gestão em Agricultura Familiar. In: FILHO, Hildo M. de S. & BATALHA, Mário O. (org) **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



BRASIL. **Lei Federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/Lei\\_principal.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Lei_principal.htm) acesso dia 30 de setembro de 2007.

BRASIL **Lei Federal nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971** que define a Política Nacional de Cooperativismo disponível em <http://www.abracoop.com.br/DOWNLOAD/Lei576471Cooperativismo.doc> em 30 de setembro de 2007.

CALLADO, A. A. C.; MORAES FILHO, R. A. de. Gestão empresarial no Agronegócio. In: CALLADO A.A. CUNHA (Org) **Agronegócio**. 1ª ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

COOPERATIVA. **Informações sobre o cooperativismo**. [www.cooperativa.com.br](http://www.cooperativa.com.br), Acesso em 12 de setembro de 2007.

FERRINHO, H. **Cooperativas e desenvolvimento rural**. Porto: Clássica 1978.

FERNANDES FILHO, J. F; CAMPOS, F. R.; OLIVIERA, I. M. A indústria rural e a crise da agricultura mineira. In: I Seminário de Economia, Administração e Contabilidade da FEA/USP-RP. Ribeirão Preto, 1999. **Anais do I Seminário de Economia, Administração e Contabilidade da FEA/USP-RP**. Ribeirão Preto: FEA/USP, 1999. v.1. p. 1-17.

GUANZIROLI, C.E. e CARDIM, S.E., **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**, Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO, Brasília, 2000.

GUANZIROLI, C. E. (coord.). **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, INCRA/FAO, 1996.

GUIMARÃES, G. M. **A legislação industrial e sanitária dos produtos de origem animal: o caso das agroindústrias de pequeno porte da região de Santa Maria**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

LAUSCHNER, R. **Agribusines, cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

LOURENZANI, A.E.B.S; SILVA, A.L. & LOURENZANI, W.L. **Systemic model for collective action analysis**. Proceedings of the 7<sup>th</sup> International Conference on Management. In: AgriFood Chains and Networks, Ede, The Netherlands, 31/05 a 2/06/2006.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA.

<http://www.mda.gov.br/index.php?sccid=134&ctuid=9827>

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. 3. ed., rev. atual. São Paulo: Atlas, 2006.

PADILHA, P. R. P et al., **Viabilidade da Agroindústria Familiar Orgânica /RS**. In: Artigos Completos do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto, 2005.

PEDROZO, E. de Á. *et al.* **O duplo dilema de uma cooperativa agrícola: priorizar a**



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



**competitividade ou solidariedade na sua estratégia IN: Assembleia Anual Cladea (2005 : SANTIAGO).** Innovación y gerencia : El nuevo gerente para este milenio = innovation & management : the new managers for this millenium. santiago : Consejo Latinoamericano de Escuelas de Administración, 2005.

PEDROZO, E. de Á. Análise de Cooperativas Agrícolas Através da Utilização de Estratégias Industriais. Salvador, Bahia, **Anais** do 17º ENAPAD, 27 a 29 de setembro de 1993, vol.5 Administração Rural, 1993.

SILVA. T. N. et al Relações de cooperação e confiança entre organizações cooperativas promovendo o capital social. **Administração em diálogo/ Programas de Estudos Pós-graduados em administração PUC – SP – n.6** (nov.2004). – São Paulo: Saint Paul, 2004.

PREZZOTTO, L. L. **A agroindustrialização de pequeno porte: higiene, qualidade e aspectos legais.** Santa Catarina: Revista Agropecuária Catarinense, 1997.

YIN, R. **Estudo de Caso:** planejamento e método. Porto Alegre: Bookman, 2001. SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** *Rev. bras. Ci. Soc.*, Feb. 2003, vol.18, n°. 51, p.99-122. ISSN 0102-6909.

TIPRAQSA, P. *et al.* Resource integration for multiple benefits: Multifunctionality of integrated farming systems in Northeast Thailand. **Journal Agricultural Systems.** Vol. 94, p. 694-703, February 2007.